

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.888 - ES (2019/0363366-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : MICHELLE NASCIMENTO DEBS**  
**AGRAVANTE : EDSON RABELO DE MORAIS**  
**ADVOGADO : ANDRÉ EMERICK PADILHA BUSSINGER - ES011821**  
**AGRAVANTE : FDS ENGENHARIA DE OLEO E GAS S/A**  
**ADVOGADOS : GERALDO LUIZ DE MOURA TAVARES - MG031817**  
**MARCOS CAMPOS DE PINHO RESENDE - MG075387**  
**AGATHA PATRICIO MACHADO - ES019464**  
**MARIANNA SAAR SILVA - MG147738**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**  
**AGRAVADO : ANTONIO NARCISO DOS REIS**  
**ADVOGADO : RODRIGO FRANCISQUINI GONCALVES SANTOS -**  
**MG107790**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por FDS ENGENHARIA DE ÓLEO E GÁS S/A., em face de decisão acostada às fls. 1270/1271, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 1079/11127, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, assim ementado (fls. 1085/1088, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DOIS APELOS INTERPOSTOS PELO RÉU ANTÔNIO NARCISO DOS REIS - NÃO CONHECIMENTO DE AMBOS - RECURSO INTERPOSTO PELA REQUERIDA FIDENS ENGENHARIA S/A - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS E ESTÉTICOS - PRESCRIÇÃO - INTERRUPTÃO COM A CITAÇÃO DO DEVEDOR QUE RETROAGE À DATA DO AJUIZAMENTO - PREJUDICIAL AFASTADA - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA DA EMPRESA REQUERIDA DEMONSTRADA - DANOS MORAIS E MATERIAIS COMPROVADOS - *QUANTUM* RAZOÁVEL - DANOS ESTÉTICOS - EXCLUSÃO DA INDENIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO AUTOR EDSON RABELO DE MORAIS - PENSIONAMENTO MENSAL - AUSÊNCIA DE PROVA DA RENDA DA VÍTIMA - FIXAÇÃO EM UM SALÁRIO MÍNIMO - PRECEDENTES DO STJ - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA - PENSÃO CIVIL - CUMULAÇÃO COM OUTRO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - POSSIBILIDADE - CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL - OBSERVÂNCIA DO ART. 533, DO CPC/15 - REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS - RECURSO DA REQUERIDA FIDENS ENGENHARIA S/A PARCIALMENTE PROVIDO.

1) É por todos sabido que o Princípio da Unirrecorribilidade veda a apresentação de dois recursos pela mesma parte litigante contra o mesmo

pronunciamento judicial, de forma que, em razão da preclusão consumativa, o segundo recurso deve ser inadmitido.

2) O Colendo Superior Tribunal de Justiça já decidiu que é incabível o recurso composto apenas de assinatura escaneada, já que além de não preencher requisito formal de admissibilidade, é tido como recurso sem assinatura, porquanto não há garantia em relação à sua autenticidade.

3) A citação válida tem o condão de interromper a prescrição retroagindo à data da propositura da ação, a teor do que dispõe o art. 219, § 1º do CPC/73.

4) Analisando detidamente a dinâmica dos fatos narrados na exordial, restou categoricamente demonstrada a culpa da empresa apelante no evento descrito na inicial, quer seja porque o corréu atuava como preposto da presente apelante, quer seja pela falta do dever geral de cuidado, ao deixar de sinalizar devidamente o trecho da rodovia que se encontrava em obras.

5) Consequentemente, não há que se falar em culpa concorrente, já que, diante das provas colhidas nos autos, restou demonstrado que os únicos responsáveis pelos fatos foram os requeridos.

6) O dano moral é dano extrapatrimonial, podendo ser definido por exclusão como o dano que não afeta o patrimônio material do ofendido, mas atinge o mesmo como ser humano.

7) O dano estético é a lesão a um direito à personalidade, qual seja, a integridade física, especialmente na aparência externa. A doutrina evoluiu no sentido de permitir a caracterização do dano estético como forma de dano patrimonial e moral, dando-lhe característica híbrida.

8) Apesar de não ter dúvidas quanto ao reconhecimento dos danos estéticos em favor da recorrida Michele Nascimento Debs, diante das graves lesões provocadas pelo acidente automobilístico, não há como reconhecer esse mesmo direito ao apelando Edson Rabelo de Moraes, uma vez que não se encontrava dentro do veículo no dia dos fatos, não tendo, por isso, o ato ilícito narrado nos autos provocado qualquer sequela física no referido apelado.

9) O *quantum* indenizatório deve ser fixado de maneira proporcional para que não ocorra o enriquecimento indevido do ofendido, levando-se em consideração, ainda, as circunstâncias do caso concreto, as condições socioeconômicas das partes envolvidas e os critérios ressarcitório, punitivo, repressivo e preventivo.

10) Não havendo nos autos prova efetiva da renda mensal que então auferia a vítima, o pensionamento deve ser estabelecido em um salário mínimo, entendimento pacífico na jurisprudência do Colendo STJ.

11) A incidência de correção monetária e de juros legais nos casos de pensão vitalícia deverá ocorrer a partir do vencimento de cada parcela.

12) O fato da vítima supostamente receber aposentadoria por invalidez, auxílio doença ou qualquer outro benefício recebido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não afasta o arbitramento de pensão alimentícia de índole cível a teor da interativa jurisprudência do STJ.

13) A despeito da situação financeira da apelante - que aparenta ser hígida -, o pagamento da pensão deve ser garantido mediante a constituição de capital (art. 533, do CPC/15 e Súmula nº 313 do STJ), podendo tal medida ser substituída, desde que autorizado pelo juiz da execução, pela inclusão da apelada em folha de pagamento (§ 2º do art. 533, daquele mesmo diploma legal).

14) Com a reforma parcial da r. sentença impugnada, a redistribuição dos ônus sucumbenciais deve ser realizada de forma proporcional ao decaimento das partes.

15) Recursos interpostos pelo requerido Antônio Nascimento dos Reis não conhecidos. Apelo da requerida Fidens Engenharia S/A conhecido e parcialmente provido.

Embargos de declaração opostos pela parte ora recorrida (fls. 1130/1135, e-STJ) parcialmente acolhidos para redistribuição dos ônus sucumbenciais (fls. 1151/1174, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 1178/1195, e-STJ), a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos artigos 202, I, 206, § 3º, V, 932, III, ambos do CC; 219 do CPC/73. Sustenta, em suma, que: **i)** a pretensão autoral fora fulminada pela prescrição, na medida em que a citação, ato capaz de interromper o transcurso do prazo prescricional, se deu em 06/06/2014, não obstante a ação indenizatória tenha sido distribuída 02 (dois) dias antes de findar o prazo trienal. Portanto, sem tempo hábil para a prolação do despacho citatório nos termos previstos no § 2º do artigo 219 do CPC/73, motivo pelo qual não se pode falar em retroatividade da interrupção da prescrição à data da propositura da demanda; **ii)** "não se reconhecendo a dita subordinação entre empreiteira e prestador de serviço, não havendo sido demonstrado qualquer vínculo entre ambos, não há como imputar à empresa a responsabilidade por suposto fato cometido por terceiro estranho ao seu quadro de empregados" (fl. 1189, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 1264/1268, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 1270/1271, e-STJ), a Corte de origem negou seguimento ao apelo nobre, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Irresignada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acosta às fls. 1284/1296, e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1298/1302, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não** merece prosperar.

**1.** Quanto à alegada afronta aos artigos 202, I, 206, § 3º, V, ambos do Código Civil e 219 do CPC/73, a parte ora recorrente aduz que a pretensão autoral encontra-se fulminada pela prescrição ao argumento de que a citação, como ato capaz de interromper o transcurso do prazo prescricional, se deu em 06/06/2014, não obstante a ação indenizatória tenha sido distribuída 02 (dois) dias antes de findar o prazo trienal. Portanto, sem tempo hábil para a prolação do despacho citatório nos termos previstos no § 2º do artigo 219 do CPC/73, motivo pelo qual não se pode falar em retroatividade da interrupção da prescrição à data da propositura da demanda.

Tal tese, contudo, fora refutada pelo Tribunal local, ao argumento de que a interrupção da prescrição, embora ocorra com a decisão que determina a citação válida da parte contrária, retroage à data de propositura da ação. Confira-se excerto do acórdão recorrido (fls. 1105/1107, e-STJ):

A recorrente sustenta prejudicialmente, a ocorrência do fenômeno da prescrição, ao argumento de que o acidente se deu em 16/05/2011, sendo que o Magistrado *a quo* somente determinou a citação dos réus em 06/06/2004, sendo a mesma foi cumprida em 05/08/2009.

Assim, segundo as alegações, a citação somente teria ocorrido após o transcurso do prazo de 03 (três) anos previstos no Código Civil como o

prazo máximo para o ajuizamento das pretensões de reparação civil, já que a demanda teria sido ajuizada apenas em 14/05/2014, isto é, 2 (dois) dias antecedentes à prescrição.

Todavia, entendo que razão não assiste à apelante. Isto porque, muito embora o acidente tenha ocorrido em 16/05/2011, a ação foi ajuizada em 14/05/2014.

Ainda que o despacho de citação somente tenha ocorrido em junho de 2014 (fl. 261), tenho que a citação válida tem o condão de interromper a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, a teor do que dispõe o art. 219, § 1º do CPC/73.

Desta forma, considerando a retroação do termo ad quem da prescrição à data da propositura da ação e, ainda, considerando o prazo prescricional aplicável ao caso concreto que é de 03 (três) anos, bem como a contagem do prazo, onde a teor do art. 132 do CC, exclui-se o dia de início e inclui o dia do vencimento, tenho que não restou demonstrado a ocorrência da prescrição do direito dos autores.

Assim, tendo por base a data do acidente, 16/05/2011 e aplicando o que dispõe o art. 189, c/c art. 132, ambos do CC e 219, § 1º do CPC/73. o termo inicial da contagem do prazo prescricional foi o dia 17/05/2014. Considerando que a ação foi proposta no dia 14/05/2014, não se verifica a ocorrência da prescrição conforme alegado.

Com efeito, trata-se de entendimento que encontra amparo na jurisprudência desta Corte. É o que se verifica do julgamento do Recurso Especial n.º 1.120.295-SP, submetido ao rito previsto no art. 543-C, do CPC/73, Relatoria do Min. Luiz Fux, apreciando hipótese de prescrição em ação de execução fiscal, consignou o entendimento de que, se a interrupção retroage à data da propositura da ação, isso significa dizer que é a propositura e não a citação que interrompe a prescrição. Confira-se a ementa do julgado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE O FISCO COBRAR JUDICIALMENTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO POR ATO DE FORMALIZAÇÃO PRATICADO PELO CONTRIBUINTE (IN CASU, DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS). PAGAMENTO DO TRIBUTO DECLARADO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADA. PECULIARIDADE: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS QUE NÃO PREVÊ DATA POSTERIOR DE VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, UMA VEZ JÁ DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.

(...)

13. Outrossim, o exercício do direito de ação pelo Fisco, por intermédio de ajuizamento da execução fiscal, conjura a alegação de inação do credor, revelando-se incoerente a interpretação segundo a qual o fluxo do prazo prescricional continua a escoar-se, desde a constituição definitiva do crédito tributário, até a data em que se der o despacho ordenador da citação do devedor (ou até a data em que se der a citação válida do devedor, consoante a anterior redação do inciso I, do parágrafo único, do artigo 174, do CTN).

**14. O Codex Processual, no § 1º, do artigo 219, estabelece que a interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que, na seara tributária, após as alterações promovidas pela Lei Complementar 118/2005, conduz ao entendimento de que o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional.**

15. A doutrina abalizada é no sentido de que: "Para CÂMARA LEAL, como a prescrição decorre do não exercício do direito de ação, o exercício da ação impõe a interrupção do prazo de prescrição e faz que a ação perca a 'possibilidade de reviver', pois não há sentido a priori em fazer reviver algo que já foi vivido (exercício da ação) e encontra-se em seu pleno exercício (processo). **Ou seja, o exercício do direito de ação faz cessar a prescrição.** Aliás, esse é também o diretivo do Código de Processo Civil: 'Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição. § 1º A interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação.' Se a interrupção retroage à data da propositura da ação, isso significa que é a propositura, e não a citação, que interrompe a prescrição. Nada mais coerente, posto que a propositura da ação representa a efetivação do direito de ação, cujo prazo prescricional perde sentido em razão do seu exercício, que será expressamente reconhecido pelo juiz no ato da citação. Nesse caso, o que ocorre é que o fator conduta, que é a omissão do direito de ação, é desqualificado pelo exercício da ação, fixando-se, assim, seu termo consumativo. Quando isso ocorre, o fator tempo torna-se irrelevante, deixando de haver um termo temporal da prescrição." (Eurico Marcos Diniz de Santi, in "Decadência e Prescrição no Direito Tributário", 3ª ed., Ed. Max Limonad, São Paulo, 2004, págs. 232/233)

**16. Destarte, a propositura da ação constitui o dies ad quem do prazo prescricional** e, simultaneamente, o termo inicial para sua recontagem sujeita às causas interruptivas previstas no artigo 174, parágrafo único, do CTN.

17. Outrossim, é certo que "incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário" (artigo 219, § 2º, do CPC).

18. Consequentemente, tendo em vista que o exercício do direito de ação deu-se em 05.03.2002, antes de escoado o lapso quinquenal (30.04.2002), iniciado com a entrega da declaração de rendimentos (30.04.1997), não se revela prescrita a pretensão executiva fiscal, ainda que o despacho inicial e a citação do devedor tenham sobrevivido em junho de 2002.

19. Recurso especial provido, determinando-se o prosseguimento da execução fiscal. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1120295/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010)

Nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO. EFEITOS RETROATIVOS. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. ARESTOS CONFRONTADOS. SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AUSÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).
2. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que, para a configuração da divergência jurisprudencial necessária à interposição de embargos de divergência, "devem o acórdão embargado e o aresto paradigma possuir similitude fática e jurídica, conforme exigido pelo artigo 266, § 1º, c/c o artigo 255, § 2º, do RISTJ".
3. Hipótese em que o acórdão embargado, com base no julgamento da Primeira Seção do STJ, nos autos do REsp 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe 21/05/2010), sob o regime do art. 543-C do CPC/73, assentou que, "na cobrança judicial do crédito tributário, **a interrupção do lustro prescricional, seja pela citação válida** (redação anterior à Lei Complementar n. 118/2005, **seja pelo despacho que a ordena** (redação dada pela Lei Complementar n. 118/2005, **sempre retroage à data da propositura da ação** (art. 219, § 1º, do CPC/1973)".
4. Incabível a pretensão de conhecimento dos embargos de divergência relativamente aos acórdãos proferidos nos autos do REsp 1.222.487/RJ e do AREsp 249.382/SE, apontados como paradigmas, por ausência de similitude entre as premissas fáticas que envolvem os casos enfrentados em tais julgados e o acórdão embargado.
5. Agravo interno desprovido.  
(AgInt nos EDv nos EREsp 1756344/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 03/12/2019, DJe 06/12/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TERMO A QUO. PROPOSITURA DA AÇÃO. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS REPETITIVOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 106/STJ. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. LEGITIMIDADE PASSIVA. CONFIGURADA. CULPA CONCORRENTE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

**1. Segundo o entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, é a propositura da demanda, e não a citação, que interrompe a prescrição.**

2. Nos termos do Enunciado n.º 106 da Súmula do STJ, proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

3. O proprietário do veículo responde objetiva e solidariamente pelos danos decorrentes de acidente de trânsito causado por culpa do condutor.

4. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n.º 7 do STJ.

5. A verificação da ocorrência de culpa exclusiva da vítima ou culpa concorrente demanda a revisão de provas. Incidência da Súmula n.º 7/STJ.

6. A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial (Súmula n.º 13/STJ).

**7. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

(AgRg no REsp 1561894/ES, Rel. Ministro PAULO DE TARSO

SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 11/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - PRESCRIÇÃO - AJUIZAMENTO ANTERIOR DE AÇÃO TRABALHISTA - INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL - OCORRÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA.

1. Decisão monocrática proferida pelo anterior relator dando provimento ao apelo extremo, a fim de afastar a prejudicial de mérito.
2. Ação trabalhista proposta na justiça especializada, em que concluiu pela inexistência da relação de emprego, considerando que o contrato ajustado entre as partes era de natureza comercial, portanto, de cunho civil.
3. **A citação válida**, ainda quando ordenada por juiz incompetente, **interrompe a prescrição** (art. 219, caput, CPC). Precedentes.
4. **Interrupção da prescrição reconhecida, retroativa à data da propositura da ação.**

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1036458/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/02/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. MATÉRIA PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO. REGULARIZAÇÃO NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO. INTERRUPTÃO. RETROATIVIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É possível a concessão do benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica, desde que verificada a impossibilidade da parte de arcar com os encargos processuais (Súmula 481/STJ).
2. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, indeferiu o benefício da assistência judiciária gratuita, porque a única prova apresentada - balancete do mês de dezembro de 2009 - não comprova, de forma robusta, a hipossuficiência alegada. Dessa forma, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, como ora perseguida, demandaria a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.
3. A falta de procuração é vício sanável nas instâncias ordinárias, de acordo com iterativa jurisprudência deste Tribunal (CPC, art. 13).
4. **A propositura da ação no prazo previsto para o exercício da pretensão impede a declaração de prescrição, ainda que a citação tenha ocorrido após o decurso do prazo prescricional, ainda mais quando a culpa pela inércia não pode ser imputada ao autor.**

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 178.048/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 14/05/2015)

Assim, inviável o trânsito do recurso em relação à presente questão, nos termos da Súmula 83/STJ, aplicável por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

**2.** Por fim, afirma, a insurgente, violação ao artigo 932, III, do CC. Para isso,

alega que "não se reconhecendo a dita subordinação entre empreiteira e prestador de serviço, não havendo sido demonstrado qualquer vínculo entre ambos, não há como imputar à empresa a responsabilidade por suposto fato cometido por terceiro estranho ao seu quadro de empregados" (fl. 1189, e-STJ). Sendo assim, na medida em que o "Segundo Réu Sr. Antônio Narciso dos Reis não possui nem nunca possuiu qualquer contrato de trabalho, vínculo empregatício ou relação de subordinação com a ora Recorrente" (fl. 1188, e-STJ) não pode esta responder por fato atribuível a terceiro.

A Corte de origem, após sopesar todo o acervo fático-probatório carreado aos autos, entendeu estar demonstrada a culpa da ora recorrente, seja em razão da atuação, como preposto da demandada, do réu Antônio Narciso dos Reis, seja pela deficiência na sinalização do trecho da rodovia que se encontrava em obras, consoante se extrai do seguinte excerto do acórdão recorrido (fls. 1107/1111, e-STJ):

A questão controversa dos autos diz respeito às condutas dos motoristas dos veículos envolvidos na dinâmica do evento, mais especificamente, qual deles estava trafegando de forma adequada em sua faixa de direção.

Ressalto que a análise das provas anexadas aos autos revela que o evento fatídico que originou as várias lesões sofridas pela apelada teve como causa a conduta inadequada adotada pelo condutor do veículo Sr. ANTÔNIO NARCISO DOS REIS que, no momento do acidente, encontrava-se prestando serviço para a ora apelante.

[...]

Já o depoimento prestado por ANTÔNIO NARCISO DOS REIS, condutor do caminhão que colidiu com o automóvel da recorrida, por ocasião da sua oitiva perante a Autoridade Policial. Senão vejamos:

"[...] que o declarante é proprietário do caminhão/basculante - placa GZG/0971 -, sendo que atualmente está prestando serviços para a empresa Construtora FIDENS, a qual atualmente está realizando obras na rodovia BR-116 para o DNIT; [...] que no exato momento da colisão a cabine do caminhão que o declarante estava conduzindo estava posicionado transversalmente na faixa direcional contrária, obstruindo a passagem do automóvel que vinha em sentido contrário; [...] que o tempo estava bom, período diurno, não existindo qualquer fator que impedisse a visualização do automóvel;" (fls. 70/71).

[...]

Vale dizer, por oportuno, que essa afirmação não é o único elemento probatório capaz de indicar o vínculo jurídico estabelecido entre o veículo do réu ANTÔNIO NARCISO DOS REIS, que deu causa ao acidente, e a empresa apelante, visto que há nos autos outros elementos indiciários capazes de atestar tal ocorrência, como, por exemplo, a relação entre os serviços realizados pelo aludido caminhão no momento da colisão e as obras de responsabilidade da empresa recorrente nas proximidades do local.

Dessa forma, soa plausível a tese sustentada pelos recorridos de que o caso comporta a incidência da responsabilidade civil por ato de terceiro (art. 932, inciso III, do CC), o que é suficiente para caracterizar também a culpa da empresa apelante pela ocorrência do fatídico evento.

Quanto ao ponto, aliás, vale transcrever excerto da r. sentença impugnada, senão vejamos:

"2.4. De igual modo, a Requerida Fidens Engenharia S/A responde igualmente,



mas, por ato de terceiro que, nesta condição, causou dano à vítima, *ex vi* do art. 932, inc. III, do Código Civil, além de ser a proprietária do veículo caminhão, instrumento causador da tragédia.

Malgrado o Réu Antônio Narciso dos Reis, ao tempo dos fatos, não era um empregado registrado da Requerida Fidens Engenharia S/A, a responsabilidade desta mostra-se evidente.

É fato incontroverso que a Requerida Fidens Engenharia S/A executava uma obra pública, contratada pela Administração Federal.

O Réu Antônio Narciso dos Reis executava serviços de remoção de terra e entulhos decorrentes da obra pública executada pela Requerida Fidens Engenharia S/A.

Portanto, a natureza do serviço executado pelo Requerido Antônio Narciso dos Reis, por seu turno, guardava estreita relação com o próprio objeto do contrato público.

Ou seja, a Requerida Fidens Engenharia S/A fez uma subcontratação de um serviço que lhe era próprio, porquanto guarda inequívoca relação com a obra pública - remoção de terra e entulho da obra pública é, indiscutivelmente, um serviço da própria execução contratual, que se não é realizado pela empreiteira contratada, é subcontratado por ela para terceiros, mas, sob sua direta responsabilidade.

Assim, no caso concreto, não é o caso de excludente de responsabilidade perante terceiros, o fato do Réu Antônio Narciso dos Reis, causador direto do acidente, não ser empregado da empreiteira de obra pública, a Requerida Fidens Engenharia S/A.

Embora inexistindo contrato de emprego, o Reu Antônio Narciso dos Reis não tinha autonomia, mas, sim, guardava relação de subordinação.

Tanto porque, basta ver que logo após o acidente, foi o próprio encarregado da Ré Fidens Engenharia - Marcos Antônio de Souza - quem compareceu ao local do acidente, instantes após o ocorrido, conforme seu depoimento prestado perante a Autoridade Policia:

[...] que ficou sabendo dos fatos por telefone através de funcionários da empresa que tão logo ficou sabendo dirigiu-se para o local; [...] que com relação à sinalização da obra, no seu entendimento havia sinalização suficiente, porém pode afirmar que já havia contratado com o escritório da empresa no sentido de pedir mais material de sinalização, salientando que o depoente exerce a função de encarregado geral da obra, sendo funcionário da empresa Fidens [...]

**Sendo assim, por qualquer ângulo que se analise a dinâmica dos fatos narrados na exordial, restou categoricamente demonstrado a culpa da empresa apelante naquele evento, quer seja porque o réu ANTÔNIO NARCISO DOS REIS atuava como preposto da presente apelante, quer seja pela falta do dever geral de cuidado ao deixar de sinalizar devidamente o trecho da rodovia que se encontrava em obras.**

Consequentemente, diante dessas explicações, cai por terra, a meu sentir, a tese de culpa concorrente, já que, diante das provas colhidas nestes autos, restou demonstrado que os únicos responsáveis pelos fatos foram os requeridos.

Nesse contexto, a Corte estadual, soberana na apreciação do acervo fático-probatório dos autos e com base na narrativa fática delineada nos autos bem como nos demais instrumentos de prova, constatou ser a demandada responsável pelos danos decorrentes do acidente provocado pelo caminhão conduzido pelo Sr. Antônio Narciso dos Reis, que, apesar de este não atuar na condição de empregado formal, agia como

subcontratado na remoção de terra e entulho da obra pública de responsabilidade da ora recorrente.

Assim, não é viável, em sede de recurso especial, modificar essas conclusões do Tribunal de origem, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. RECONSIDERAÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO PROVIDO.

**1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.**

2. O Tribunal de origem, com base no contrato e nas provas dos autos, concluiu pela legitimidade passiva da recorrente. Alterar esse entendimento demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7/STJ, para possibilitar a revisão. No caso, o montante estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.

(AgInt no AREsp 1605560/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 16/03/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE NO EMBARQUE DE PASSAGEIRO. MORTE DA VÍTIMA. RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR. REEXAME DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DANO MORAL. VALOR RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA.

**1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).**

**2. O Tribunal de origem, com base nas provas contidas nos autos, concluiu ter sido provada a responsabilidade do preposto da empresa pelo acidente, bem como os prejuízos sofridos pelos autores da ação.**

**Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na súmula mencionada.**

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. O valor arbitrado pelo Tribunal de origem não se distancia dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1520386/MA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS

FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CIRURGIA BARIÁTRICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VALOR. RAZOABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/1973. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

[...]

**4. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.**

5. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante fixado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais/estéticos apenas quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso.

6. Não escapa o recorrente da imposição da multa de que trata o parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil de 1973 ante a oposição de declaratórios de caráter manifestamente protetatório.

7. A demonstração do dissídio jurisprudencial pressupõe a ocorrência de similitude fática entre o acórdão atacado e os paradigmas.

8. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1651138/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 26/10/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. LUCROS CESSANTES. POSTULADO DA RAZOABILIDADE. ARTS. 402 E 403 DO CÓDIGO CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

[...]

4. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1370381/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018)

Nesse sentido, evidencia-se inarredável a incidência da Súmula 7 do STJ.

**2.1.** Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. COMPATIBILIDADE. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO OFENSOR. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO. [...] 2. A revisão do valor arbitrado a título de danos morais em face das peculiaridades econômicas das partes demandaria o reexame de fatos e provas. Incidência da Súmula 7/STJ. **3. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 22/06/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER - PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO - SÚMULA 284/STF - INSURGÊNCIA DA RÉ. [...] 2. **A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.** 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 26/03/2014) [grifou-se]

Incidência da Súmula 7/STJ, portanto, em ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

**3. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator